

# Reflexões sobre as Tensões do Conceito de Comunicação Pública: Erosão Democrática, Fragmentação da Esfera Pública e Horizontes Comuns

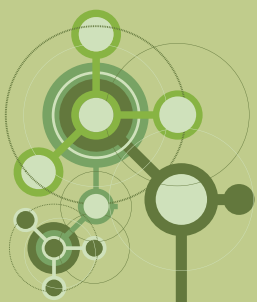
Reflections on the Tensions of the Concept of Public Communication: Democratic Erosion, Fragmentation of the Public Sphere, and Common Horizons

Reflexiones sobre las tensiones en el concepto de comunicación pública: erosión democrática, fragmentación del ámbito público y horizontes comunes



Laura Nayara Pimenta

- Doutora e mestra em Comunicação e Sociabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas.
- E-mail: lanapi05@gmail.com



## RESUMO

Propõe-se uma reflexão sobre os elementos que tensionam o conceito de comunicação pública, a partir de três argumentos centrais: a erosão dos valores democráticos, a fragmentação da esfera pública e a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos. Parte-se da concepção de comunicação pública, como aquela que ocorre na esfera pública e envolve o debate sobre questões de interesse público. Para a discussão ensaística, acionam-se autores como Avritzer, Han, Habermas, Pariser, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO PÚBLICA • INTERESSE PÚBLICO • DEMOCRACIA • INFODEMIA • ESFERA PÚBLICA.

## ABSTRACT

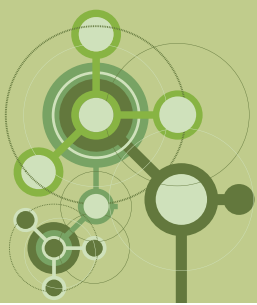
This study proposes a reflection [on the elements that strain the concept of public communication based on three central arguments: the erosion of democratic values, the fragmentation of the public sphere, and the difficulty of broadening common horizons between subjects. We depart from the concept of public communication as that which takes place in the public sphere and involves debate on issues of public interest. The discussion of this essay use authors such as Avritzer, Han, Habermas, Pariser, among others.

KEYWORDS: PUBLIC COMMUNICATION • PUBLIC INTEREST • DEMOCRACY • INFODEMOCRACY • PUBLIC SPHERE.

## RESUMEN

Se propone reflexionar sobre los elementos que tensionan el concepto de comunicación pública a partir de tres argumentos centrales: la erosión de los valores democráticos, la fragmentación del ámbito público y la dificultad de ampliar horizontes comunes entre los sujetos. Se utiliza el concepto de comunicación pública como aquel que tiene lugar en el ámbito público e implica el debate sobre temas de interés público. Para la discusión de este ensayo se recurre a autores como Avritzer, Han, Habermas, Pariser, entre otros.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN PÚBLICA • INTERÉS PÚBLICO • DEMOCRACIA • INFODEMOCRACIA • ÁMBITO PÚBLICO..



## INTRODUÇÃO

A inquietação para a escrita deste texto surgiu em sala de aula, diante dos questionamentos e dos incômodos dos alunos da disciplina de Comunicação Pública do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas. Ao apresentar os conceitos de esfera pública, interesse público, *accountability*<sup>2</sup>, transparência e publicidade, fundamentais à noção de comunicação pública como aquela que ocorre na esfera pública e envolve o debate público sobre temas de interesse público, há um debate que precisa ser aberto à participação social, tendo como horizonte a ampliação da publicização das questões da sociedade (Duarte, 2010; Matos, 2009; Matos; Filho, 2016; Weber, 2017). Logo, os alunos indagaram o descolamento de tal concepção da realidade experienciada cotidianamente.

Alinhada com uma perspectiva habermasiana da comunicação pública e acostumada a discutir participação popular, gestão compartilhada, orçamento participativo, entre outras coisas, fiquei incomodada com a constatação dessa distância entre o horizonte normativo do conceito e a realidade vivenciada no cenário contemporâneo. Após anos estudando sobre a temática, senti a necessidade de olhar mais criticamente para a comunicação pública, desvelando as tensões que se apresentam.

Outra motivação para a escrita deste texto se refere à observação da erosão dos valores democráticos no Brasil. Uma série de desafios e eventos evidenciam tal fenômeno. A crescente polarização política, manifestada em acirrados debates e confrontos ideológicos, têm minado a capacidade do sistema democrático de promover diálogos construtivos e consensos, ainda que, como sabemos, em algumas partes do país esses diálogos nunca tenham sido sequer iniciados, quiçá aprofundados. Além disso, episódios de corrupção em larga escala, revelados por operações como a Lava Jato, abalaram a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Somados a esses fatores, a ascensão de lideranças populistas (Tatagiba *et al.*, 2022) e o enfraquecimento das instituições de controle e equilíbrio, como o Congresso e o Judiciário (Avritzer, 2021), também alimentaram preocupações sobre a erosão dos princípios fundamentais da democracia.

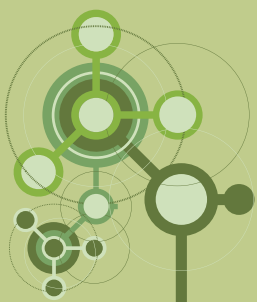
Afinal, como falar de comunicação pública em um cenário de debate público precário? Como aprofundar tal conceito diante da degradação dos valores democráticos que temos vivenciado? Como falar de um interesse público em um país em que prevalece a “privatização do público”<sup>3</sup> (Bobbio, 2017)?

Ademais, o crescente individualismo presente em nossa sociedade, a exacerbação do culto de si mesmo, somados à nossa incapacidade de ouvir atentamente o outro, em se colocar no seu lugar (Han, 2022), entre outros fatores, obstaculizam o compartilhamento de horizontes comuns (Mafra, 2022) e a criação de um interesse público, o que, conseqüentemente, enfraquece a dinâmica da comunicação pública.

Diante disso, o presente texto traz uma reflexão teórico-conceitual sobre os elementos que tensionam o conceito de comunicação pública. Para tanto, a primeira seção situa a perspectiva de comunicação pública sobre a qual estamos falando, tendo em vista a polissemia do conceito tanto na literatura nacional quanto na internacional. Na segunda seção, por sua vez, discute-se, a partir de três argumentos centrais – a erosão dos valores democráticos, a fragmentação da esfera pública e a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos – as tensões que o conceito de comunicação pública têm enfrentado. Por fim, são trazidas algumas considerações para reflexões futuras.

<sup>2</sup> Para Filgueiras (2011), o conceito de *accountability* representa um horizonte normativo em que permite consolidar uma diferenciação entre o público e o privado, e proporciona formas de gestão pública abertas à participação da sociedade.

<sup>3</sup> Veem-se os interesses privados servirem-se da estrutura pública com vistas aos objetivos próprios.



## UM CONCEITO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Não é preciso investigar muito para perceber a polissemia do conceito de comunicação pública, tanto na bibliografia nacional quanto na internacional. Em trabalhos anteriores, identificamos três dimensões que nos permitem elucidar como a comunicação pública é vista: (a) comunicação do poder público “para” e “com” os cidadãos; (b) comunicação pública como espaço de circulação estratégica e conformação de redes de temas de interesse público; (c) comunicação constituída no espaço público e veiculada pela (ou para) a opinião pública, no espectro amplo da sociabilidade (Pimenta, 2015). Cada uma dessas dimensões apresenta limites e possibilidades peculiares, que dizem um pouco sobre a evolução teórica e prática do conceito de comunicação pública e, também, dão a ver como esta se constitui como um complexo de interações específicas e amplas que não se excluem mutuamente, pelo contrário, se permeiam.

A primeira dimensão – comunicação do poder público para e com os cidadãos – é a de uso e entendimento mais corrente no cenário brasileiro, sendo a mais consolidada. O olhar para as estruturas e processos de comunicação do poder público, suas interfaces com os cidadãos, a preponderância do Estado como agente central na produção da comunicação pública, está presente em diversos estudos e manuais da área, como destacam Massuchin *et al.* (2023). Contudo, é na segunda dimensão que nos concentramos neste texto e sobre a qual podemos perceber com mais robustez as tensões.

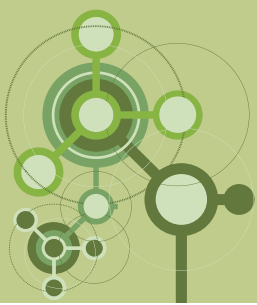
O entendimento da comunicação pública como espaço de circulação estratégica e conformação de redes de temas de interesse público na esfera pública está fortemente embasado na perspectiva habermasiana do processo comunicativo. Tal perspectiva, segundo Marques, Mafra e Martino (2017), abrange uma ideia vinculada a princípios como visibilidade, inclusão, *accountability* e participação nos âmbitos estatal, político, organizacional e midiático.

É importante ressaltar que Habermas (2003, p.92) define esfera pública, ou espaço público, como sendo uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas”. Assim, a esfera pública deve ser pensada como espaço social gerado pela linguagem em uso, como *lócus* da argumentação e do debate. Para Escudero (2015), a esfera pública é a caixa de ressonância da democracia, ao mesmo tempo em que esta é sua força mobilizadora.

Maia (2011) parte da premissa de que o debate conduzido democraticamente entre os sujeitos na esfera pública é o meio apropriado para estabelecer, num dado momento, o que pode ser reconhecido como interesse público ou bem comum, em relação a uma questão específica. Para Arendt (2014), o interesse público denota um projeto político de coexistência fundada no reconhecimento da alteridade. “Esses interesses constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que interessa, que se situa entre as pessoas e que, portanto, é capaz de relacioná-las e mantê-las juntas” (Arendt, 2014, p.226).

Considerando esses conceitos fundamentais, Gomes e Maia (2008) afirmam que a natureza da comunicação pública é democrática, não restritiva, não especializada e não excludente. Ela constitui e é constituída pela esfera pública, seu objetivo é a discussão de temas de interesse público e o seu resultado é a formação da opinião pública e o fortalecimento da cidadania. Desse modo, a matéria básica da comunicação pública são “questões, ideias, formulações, problematizações, sugestões provenientes das interações vitais da vida em sociedade” (Gomes; Maia, 2008, p.85).

López (2012), Matos (2009), Escudero (2015), Duarte (2010) e Weber (2017) também consideram que a comunicação pública é aquela que ocorre na esfera pública, através da circulação de temas de interesse coletivo. Para López (2012), seja para construir bens públicos; para influenciar a agenda pública; para se comunicar com entidades estatais e com a sociedade; para construir o significado compartilhado dentro de uma organização ou resultante das interações dos movimentos sociais, é imperativo



que a comunicação pública decorra da movimentação de assuntos coletivos, mesmo que estes sejam representados ou expressos através de indivíduos.

Matos (2009) concebe a comunicação pública como aquela que ocorre na esfera pública e é vinculada a uma ação coletiva sobre questões de interesse público e à promoção de um ambiente de confiança e de cooperação entre os agentes sociais. Escudero (2015), por sua vez, percebe que tal comunicação está profundamente relacionada à defesa dos interesses públicos na esfera pública, tendo um caráter emancipatório e de mudança das relações entre a sociedade civil e o Estado por meio da mobilização coletiva.

Duarte (2010) entende a comunicação pública como aquela que trata do compartilhamento e negociações na procura do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva, ocupando-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e à expressão. Para o autor, a ideia-chave da comunicação pública é a de "espírito público", o compromisso de colocar o interesse da sociedade em primeiro plano.

Já Weber (2017, p.23) ressalta "a comunicação pública como instância de defesa e resistência da democracia e o debate público como processo constitutivo da comunicação pública". Para a autora, os temas de interesse público são os norteadores desses debates, tendo potencial para agregar grupos públicos e instituições, de modo organizado ou espontaneamente, em redes de comunicação pública. Esses temas são provocados a partir do poder público, de instituições, sistemas de mídia ou redes de comunicação aptos a criar disputas de opiniões, ações coletivas, mobilizações consequentes, ou não.

Esses são apenas alguns autores que trabalham com a noção de comunicação pública em questão. O que queremos destacar com essas perspectivas é que as ideias de democracia, de debate público, de trocas comunicativas entre os sujeitos que conformam um interesse público, entre outros aspectos trabalhados pelos autores, tão fundamentais para pensar essa concepção de comunicação pública, estão sendo tensionadas por situações que serão abordadas com mais profundidade na próxima seção.

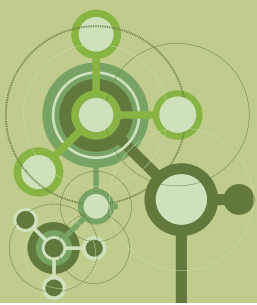
## TENSIONAMENTOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Nossas vidas estão cercadas por uma série de crises e tensões que abalam nossa existência. Enfrentamos uma crise econômica persistente, refletida na precariedade do emprego e nos salários insuficientes para uma vida digna. O terrorismo fanático fragmenta nossa convivência, gerando medo constante e justificando restrições às liberdades individuais em nome da segurança. Testemunhamos uma trajetória preocupante em direção à degradação ambiental, ameaçando a habitabilidade de nosso planeta. A perspectiva de guerras devastadoras paira sobre nós como solução para os conflitos. Além disso, estamos imersos em uma esfera de comunicação dominada pela mentira, conhecida agora como pós-verdade.

No caso da perspectiva de comunicação pública apresentada na seção anterior, podemos perceber que alguns fatores indicam tensionamentos das/nas suas estruturas conceituais. Tais tensões giram em torno de três pontos principais: a erosão dos valores democráticos, a fragmentação da esfera pública e a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos.

### A erosão dos valores democráticos

Segundo Avritzer (2021), a corrosão dos valores democráticos é um problema global, que tem incidência mais forte nas novas democracias. O autor ressalta que há uma corrosão inédita de tais valores em algumas das democracias mais bem consolidadas, mas também há uma diminuição já conhecida, e significativa, no apoio ao regime nas novas democracias.



Ele demonstra que os países da América do Sul que passaram recentemente por processos de democratização – como o Brasil, em 1988, e a Argentina, em 1983 – raramente ultrapassaram a marca 50% de satisfação dos cidadãos com o regime.

Para Tatagiba *et al.* (2022), desde a crise política aberta em 2014 no Brasil, quando o candidato derrotado à presidência questionou o resultado da eleição, a democracia do país foi projetada, aceleradamente, em um processo de “desdemocratização”. Tal processo resultou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, na prisão do ex-presidente Lula, em 2018, e na eleição da extrema direita, em 2019.

A ascensão da extrema direita ao poder desnudou o autoritarismo social que, embora acanhado pela redemocratização, persistia na cultura política do Brasil e, também, da América Latina. Tatagiba *et al.* (2022) argumentam que as mudanças nas formas de ativismo permitiram que grupos conservadores e abertamente antidemocráticos disputassem as políticas públicas e a sociedade, seja por meio de novos canais de participação no Estado ou através da pressão exercida nas ruas e nas mídias digitais. Contudo, os movimentos de esquerda ou progressistas perderam os canais de diálogo com o Executivo Federal (Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019<sup>4</sup>) e passaram a atuar sob constantes ameaças, perpetradas pelas novas coalizões no poder nos diferentes níveis da federação, incluindo as forças milicianas. Ataques persistentes, ameaças de morte ou mesmo assassinatos atingiram lideranças de movimentos sociais, de partidos de esquerda e, também, de grupos, organizações e indivíduos publicamente associados à defesa da agenda igualitária. Até mesmo as instituições científicas foram transformadas em inimigas do desenvolvimento e da soberania nacional (Tatagiba *et al.*, 2022).

Para Bucci (2022), a comunicação pública, para merecer o adjetivo de pública, precisa envolver mecanismos inclusivos e abertos à participação, às críticas e às apelações da sociedade civil. Sem essa abertura, ela não será pública no sentido republicano e democrático desse adjetivo. Quando a participação pública é minada, também a comunicação pública e, conseqüentemente, a democracia são minadas.

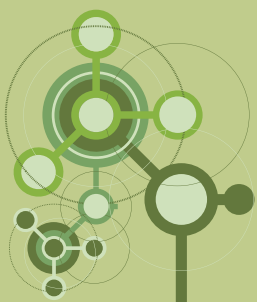
Avritzer (2021) aponta que o caso brasileiro também revela uma relação entre mudanças no poder judiciário e a degradação democrática. Tal mudança está ligada ao fato de que o judiciário, dependendo do desenho por ele adquirido, interfere abertamente nas disputas políticas, removendo governantes e influenciando até mesmo nas eleições, como pode ser observado no caso da Lava Jato de Curitiba. Uma estrutura de poder que deveria estar ligada à ampliação de direitos torna-se parte da polarização política, desequilibrando a democracia em um momento de forte desconfiança no sistema político e na própria democracia.

Além disso, eventos como o 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos, e o 8 de janeiro de 2023, no Brasil, na visão de Avritzer (2023), revelam que a democracia só funciona quando existe o respeito às regras do jogo político enquanto consenso constitucional, ou seja, se um grupo relevante da população não aceita o consenso constitucional democrático, a democracia se erode no campo da opinião pública.

Para Avritzer (2023), posicionamentos favoráveis ao golpe de Estado ou à intervenção dos militares na política são baseados, no caso brasileiro, em uma construção inacabada de uma cultura democrática incorporada no imaginário da opinião pública, fruto, principalmente, da falta de regulamentação e consolidação dos artigos propostos pela Constituição de 1988.

Como a natureza da comunicação pública é democrática, carece de engajamento cívico, cooperação e participação ampla da sociedade. Quando os valores democráticos se erodem, conseqüentemente tal comunicação também corre graves riscos. É impossível falar em comunicação pública, na perspectiva aqui adotada, fora de um contexto democrático e com bases sólidas.

<sup>4</sup> Extinguiu conselhos nacionais de políticas públicas e/ou alterou sua composição.



## Fragmentação da esfera pública

Um fenômeno estreitamente relacionado à crise da democracia é a fragmentação da esfera pública. Em seus escritos mais recentes, Habermas (2022) aponta que um sistema democrático é prejudicado como um todo quando a infraestrutura da esfera pública já não consegue dirigir a atenção dos cidadãos para as questões relevantes que precisam ser decididas e, além disso, garantir a formação de opiniões públicas concorrentes – o que significa opiniões qualitativamente filtradas.

No entendimento do autor, o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação dissolveu fronteiras, mas também gerou a fragmentação da esfera pública. Tal fenômeno está relacionado, principalmente, à “plataformização” dos meios de comunicação, que criou um espaço de comunicação ao lado da esfera pública editorial em que leitores, ouvintes e telespectadores podem assumir espontaneamente o papel de autores e direcionar sua informação para públicos diversos, sem a verificação de ninguém, muito menos sem satisfazer os requisitos de entrada na esfera pública editorial (Habermas, 2022).

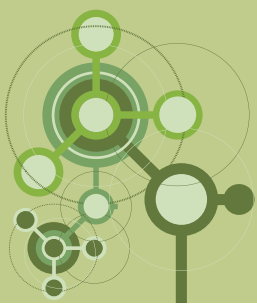
Nessa “esfera pública plebiscitária”, que foi reduzida a cliques de “like” e “dislike”, os usuários empoderados como autores chamam a atenção com suas mensagens em busca de comentários dos leitores e de “likes” dos seguidores. Essa busca conduz à formação de “câmaras de eco autossustentáveis” (Habermas, 2022, p.166), as famosas bolhas personalizadas de informação (Pariser, 2012), que fazem com que nosso mundo e nosso horizonte de experiência fiquem cada vez menores, cada vez mais restritos. Pariser (2012) vê a própria democracia em risco por causa dessa personalização da rede. Os temas relevantes para a sociedade que, contudo, ficam fora do interesse próprio imediato seriam, para o autor, a base e o fundamento da existência da democracia. Entretanto, a personalização da internet leva à desintegração da esfera pública democrática: “nos filtros-bolhas o espaço público – o âmbito no qual problemas comuns são reconhecidos e processados – é simplesmente insignificante” (Pariser, 2012, p.156).

Habermas (2022) também ressalta que essa personalização, essas bolhas, diferem do caráter fundamentalmente inclusivo da esfera pública – e do contraste com a esfera privada – através da sua rejeição de vozes dissonantes e da inclusão de vozes consonantes no seu próprio horizonte limitado e preservador da identidade de supostos conhecimentos, ainda que profissionalmente não filtrados. “De um ponto de vista fortalecido pela confirmação mútua dos seus julgamentos, as reivindicações de universalidade que se estendem para além dos seus próprios horizontes tornam-se fundamentalmente suspeitas de hipocrisia” (Habermas, 2022, p.166, tradução nossa<sup>5</sup>).

Estes espaços parecem adquirir uma intimidade anônima peculiar. Para Habermas (2022), eles não podem ser entendidos nem como públicos nem como privados, mas sim como uma esfera de comunicação que antes estava reservada à correspondência privada, mas que agora é inflada num novo e íntimo tipo de esfera pública. Seria uma espécie de esfera “semipública”, que já não pode ser percebida como um espaço inclusivo que possibilita o debate público e a formação/compartilhamento dos interesses comuns.

Além desses aspectos levantados acerca da personalização das redes, Han (2022) ressalta que, na era das mídias digitais, a esfera pública também é ameaçada pela propagação e proliferação viral de informação, pela “infodemia”. A comunicação acelerada nos priva da racionalidade, mas a democracia é lenta, prolixa e tediosa. Desse modo, a infodemia prejudica de modo massivo o processo democrático, pois argumentos e fundamentações não cabem em tuítes ou memes que se propagam e multiplicam em velocidade viral. A coerência lógica que caracteriza o debate público é estranha à mídia viral. Ademais,

5 No original: From a point of view fortified by the mutual confirmation of their judgements, claims to universality extending beyond their own horizons become fundamentally suspect of hypocrisy.



as informações ultrapassam rapidamente a verdade e esta não lhes pode alcançar. “Está condenada ao fracasso, portanto, a tentativa de, com a verdade, querer lutar contra a infodemia. Esta é resistente à verdade” (Han, 2022, p.30).

Para Han (2022), na era das *fake news*, desinformações e teorias da conspiração, a realidade, com suas verdades factuais, foi extraviada. “Passam a circular, então, informações totalmente desacopladas da realidade, formando um espaço hiper-real. [...] Ao fim e ao cabo, com o desaparecimento das verdades factuais, desaparece também o mundo comum no qual podíamos nos reportar em nossa ação” (Han, 2022, p. 52).

Uma esfera pública fragmentada possibilita que discursos não mediados por alguma instância de aferição da veracidade circulem, influenciando o processo democrático. Ademais, a personalização propiciada pelas mídias sociais digitais acaba minando a formação do interesse público, uma vez que os sujeitos não se colocam em debate com o outro, com o diferente. Com a redução da circulação de temas de interesse público na esfera pública, é difícil falar de comunicação pública na perspectiva aqui adotada.

### Dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos

Outro fator que também impacta na comunicação pública é a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos. Han (2022) argumenta que o outro está desaparecendo, e tal desaparecimento significa o fim do discurso. O autor destaca que estamos vivendo um processo de autodoutrinação, que produz infobolhas que dificultam a ação comunicativa, nas quais eu escuto sobretudo a mim mesmo falar. “A atomização e a narcisização crescente da sociedade nos ensurdecem perante a voz do outro. Levam igualmente à perda da empatia. Hoje, cada um presta homenagem ao culto de si mesmo. Cada um performa e se produz” (Han, 2022, p. 36).

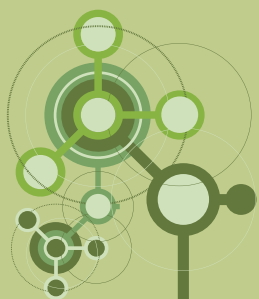
Para Habermas (2003), a empatia é essencialmente a habilidade de se colocar no lugar do outro, transcendendo as barreiras culturais para compreender modos de vida que inicialmente parecem estranhos e incompreensíveis, e tendo disposição para reagir e interpretar diferentes perspectivas, fator essencial para o debate na esfera pública. Na visão de Han (2022), esse desaparecimento do outro e a incapacidade de ouvir atentamente são responsáveis pela crise da democracia e, acrescento que, conseqüentemente, da comunicação pública. O autor ressalta ainda que, sem a presença do outro, nossa opinião é isolada, doutrinária e dogmática.

Marques, Mafra e Martino (2017) enfatizam que o reconhecimento do mundo do outro deve abarcar não apenas laços afetivos, mas também vínculos éticos e políticos, estabelecendo uma comunicação intrinsecamente ligada ao comprometimento dos sujeitos sociais na construção de um mundo compartilhado. “Nesse mundo partilhado, eu me apresento diante do outro e espero dele compreensão, certa abertura ao diálogo, pois é através dessa relação que as narrativas identitárias se moldam e se expressam, relações de empatia e identificação se estreitam ou são cortadas” (Marques; Mafra; Martino, 2017, p.83).

Mafra (2022), em sua leitura de Arendt, destaca que horizontes comuns só podem ser alcançados pela possibilidade de aparecimento das diferenças, por meio da ação e do discurso, endereçando suas demandas por atualização no/do mundo comum. Contudo, o projeto moderno carrega em seu próprio cerne a forte tendência de apresentar dificuldades à ampliação desses horizontes comuns, principalmente pela busca incessante pelo progresso, que falha em configurar a experiência comum, e pelo atrofiamento do espaço público.

É somente através do diálogo aberto, da conformação de laços de empatia e do reconhecimento mútuo que podemos promover uma comunicação pública essencial para a saúde das nossas sociedades democráticas. Entretanto, como busquei evidenciar nesta seção, muitos têm sido os desafios que indicam uma degradação do conceito de comunicação pública na





perspectiva aqui trabalhada. Autoritarismo, ascensão da extrema direita, violência de Estado, diminuição dos mecanismos de participação social, fragmentação da esfera pública gerada pela personalização das redes, instauração de uma infodemia, narcisização da sociedade, dificuldade em reconhecer e compartilhar com o outro, são apenas alguns fatores de tensão, dentre muitos outros.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Toda investigação se inicia com uma inquietação. Há muito tempo algo já me incomodava ao pensar a comunicação pública como aquela que ocorre na esfera pública e envolve o debate público sobre temas de interesse público, debate este que precisa ser aberto à participação social ativa, tendo como horizonte a ampliação da publicização das questões da sociedade. Isso me parecia algo muito ideal, um horizonte normativo que não reflete a realidade da experiência cotidiana. O questionamento dos meus alunos foi só mais um ponto de atenção, mas o que me moveu à escrita.

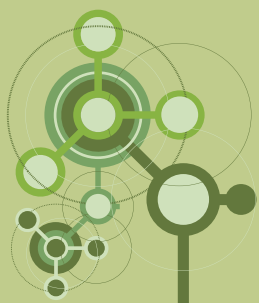
No decorrer do texto, torna-se claro que a crise democrática, a fragmentação da esfera pública e a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos representam sérios obstáculos para a efetivação de uma comunicação pública nos termos aqui colocados. Como Matos (2009) adverte, sem engajamento cívico, sem sentido de cooperação e participação generalizada, sem cultura associativa e expectativa de reciprocidade, sem confiança e solidariedade, mas, talvez, principalmente, sem escolhas racionais como guia da governança, não é possível falar em comunicação pública.

A erosão dos valores democráticos, evidenciada por eventos como a crescente polarização política, a desconfiança nas instituições e a ascensão de lideranças autoritárias em um contexto de descrença nas estruturas democráticas e de fragmentação da esfera pública, obstaculiza a promoção de um debate público inclusivo. Essa fragmentação da esfera pública, impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais e pela personalização dos conteúdos, cria bolhas de informações que dificultam a formação de opiniões públicas concorrentes e o compartilhamento de horizontes comuns. Isso compromete a capacidade da comunicação pública de promover a circulação de temas de interesse coletivo e de facilitar o diálogo entre os diversos atores sociais.

Além disso, a dificuldade de ampliação de horizontes comuns entre os sujeitos, decorrente da crescente individualização e narcisização da sociedade, representa um desafio adicional para a comunicação pública. Sem a capacidade de reconhecer e valorizar a perspectiva do outro, torna-se ainda mais difícil construir um interesse público compartilhado e promover a cooperação e a solidariedade na esfera pública.

Diante desses desafios, é fundamental repensar e revitalizar o conceito de comunicação pública, considerando as tensões que se apresentam. Será possível recuperar o engajamento ativo de todos os atores sociais, incluindo instituições governamentais, sociedade civil, mídia e academia, na promoção do debate público e na defesa dos valores democráticos? Conseguiremos alcançar formas inovadoras de comunicação que possam superar as divisões e fragmentações que caracterizam o mundo contemporâneo?

Não tenho respostas prontas e consolidadas para essas perguntas. Na verdade, elas são inquietações que indicam a possibilidade de novas pesquisas na área. Contudo, considerando as pesquisas que tenho desenvolvido nos últimos anos e a experiência em sala de aula, parece-me urgente que nos aprofundemos nas implicações das questões digitais e da plataformização do mundo para a área de comunicação pública, tendo em vista o desenvolvimento de estudos empíricos voltados para as realidades brasileira e latino-americana, que são muito peculiares e completamente distintas daquelas vivenciadas no contexto europeu e norte-americano. Ademais, realizar leituras mais multifacetadas e transdisciplinares da realidade são fundamentais para se pensar essas realidades.



Afinal, construir uma comunicação pública verdadeiramente democrática e transformadora, capaz de promover a participação ativa dos cidadãos na vida pública e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é nosso sonho e nosso objetivo.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 12.ed.rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

AVRITZER, Leonardo. Crise da democracia como um processo de desdemocratização: reflexões sobre os casos latino-americanos. In: AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila Delgado de (orgs.). *Crises na democracia: legitimidade, participação e inclusão*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021, p.7-26.

AVRITZER, Leonardo. Esfera pública sem mediação? Habermas, anti-iluminismo e democracia. *Lua Nova*, São Paulo, v.118, p.13-40, 2023. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-013040/118>

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: Fragmentos de um dicionário político*. 20ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

BUCCI, Eugênio. O papel da comunicação pública na democracia. In: MEDEIRO, Magno; MAINIERI, Tiago. (orgs.). *Comunicação pública e cidadania: conceitos, desafios e enfrentamentos*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

DUARTE, Jorge. *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.

ESCUADERO, Regina. *Comunicação pública - a voz do cidadão na esfera pública: construindo um novo paradigma profissional*. Curitiba: Appris, 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: *accountability* política da publicidade. *Lua Nova*, São Paulo, n.84, p.65-94, 2011. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300004>

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

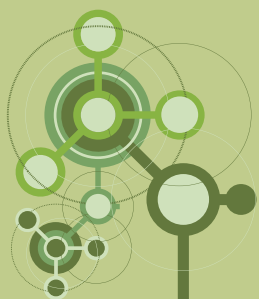
HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. *Theory, Culture & Society*, Thousand Oaks, v.39, n.4, p.145-171, 2022. doi: <https://doi.org/10.1177/02632764221112341>

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2022.

LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo. Propuesta general de comunicación pública. *Strategy & Management Business Review*. Vol. 3(2), pp. 1-17, 2012

MAFRA, Rennan Lanna Martins. As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente. *Logos, [s.l.]*, v.28, n.3, 2022. doi: <https://doi.org/10.12957/logos.2021.62436>



MAIA, Rousiley C. M. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. *In*: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (org.). *Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p.259-275.

MARQUES, Ângela; MAFRA, Rennan; MARTINO, Luis Mauro Sá. Um outro olhar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos políticos no âmbito das organizações. *Revista Dispositiva*, Belo Horizonte, v.6, n.9, p.76-92, 2017. doi: <https://doi.org/10.5752/P.2237-9967.2017v6n9p76-92>

MASSUCHIN, Michele Goulart; QUADROS, Claudia I.; IOSCOTE, Fabia Cristiane; OLIVEIRA, Paula Andressa de. Comunicação Pública na Teoria e na Empiria: aspectos da produção científica brasileira recente. *In*: Anais do 32º Encontro Anual da Compós, 2023, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. *In*: DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.59-71.

MATOS, Heloiza; FILHO, Jorge Pereira. A participação na comunicação pública: para além do consenso. *In*: Anais do XXV Encontro Anual da Compós, 2016, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

PARISER, Eli. *O filtro invisível o que a Internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PIMENTA, Laura N. *Comunicação pública, desenhos institucionais e gestão compartilhada: a interlocução entre poder público e cidadãos na proposta da Prefeitura de Belo Horizonte*. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Debora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath; ABERS, Rebecca. Introdução: participação, ativismos e democracia - uma trajetória contenciosa. *In*: TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Debora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath. (orgs.). *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre: Zouk, 2022. p.11-36.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. *In*: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (orgs.). *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017.

---

Artigo recebido em 01.04.2024 e aprovado em 15.07.2024.